

NOTA 6 – PASSIVO CIRCULANTE

6.1 – Obrigações Fiscais e Trabalhistas referem-se aos tributos e encargos a recolher sobre o faturamento e sobre a folha de pagamento como: COFINS, PASEP, INSS, FGTS, etc;

6.2 – Dividendos e Participações aos Empregados está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. A participação dos empregados é limitada a 25% dos dividendos conforme definido no art. 1º, inciso V, do Decreto nº 3.735, de 24.01.2001.

Assim, a CDP, no encerramento do exercício 2011, registra tais provisões no valor mínimo obrigatório e considerando também o índice de metas pré-estabelecidas;

6.3 – Férias e Encargos a Pagar totalizam os valores relativos as férias apuradas de forma proporcional ao período aquisitivo, acrescidos dos encargos sociais respectivos.

NOTA 7 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE**7.1 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO****7.1.1 – Contingências**

em observância ao princípio contábil da prudência e com base em posicionamento jurídico, a CDP provisionou processos trabalhistas que, ainda em fase de andamento ou execução, apresentam possibilidades remotas de êxito. Além das causas trabalhistas, também foi provisionado o valor de R\$750.000,00 referente ao processo que a Companhia move contra o Banco da Amazônia S/A, para reaver recursos financeiros de aplicações em fundos custodiados pelo Banco Santos, cuja intervenção, em 16/11/2004, levou ao bloqueio dos resgates daqueles fundos, registrados no realizável a longo prazo. Tramitam contra a Companhia outros processos judiciais nas áreas civil e tributária, que não foram provisionados por não haver ainda definição quanto aos seus valores.

7.1.2 – Credores por Transferência de Recursos são valores representativos de obrigações consolidadas do Terminal Portuário de Outeiro (R\$ 14.169.451,29) e do Porto de Vila do Conde (R\$ 10.936.263,17), decorrentes do Convênio 006/2005 e do Contrato de Operação Compartilhada 34/1994, respectivamente.

7.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**7.2.1 – Capital Social**

é formado da incorporação de recursos recebidos da União foi aumentado em R\$ 14.303.366,49, por deliberação da Assembleia Geral, de 01 de abril de 2011 totalizando, em 31 de Dezembro, R\$ 264.358.601,56. É representado por 2.047.786.413 ações, sem valor nominal, sendo 1.023.893.207 ações ordinárias e 1.023.893.206 ações preferenciais. As ações preferenciais, sem direito a voto são inconversíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição do dividendo obrigatório;

7.2.2 – Reservas composta pela **Reserva Legal**, que com base nos Art.26 e 27 do Estatuto da Companhia foi acrescida em 5% do lucro. Os lucros de exercícios anteriores retidos foram totalmente destinados à projetos constantes do PPA – Plano Plurianual de Investimentos passando a constituir **Reserva de Investimentos**, a ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a legislação vigente e Parecer nº 523/GEAFE/COREF/STN, de 09/04/2008.

7.2.3 – Ajustes de Exercícios Anteriores -Tais ajustes decorrem basicamente do aprimoramento das práticas contábeis. Em 2011 o ajuste refere-se ao pagamento da complementação da participação dos empregados nos lucros do exercício de 2009, no valor de R\$ 131.102,86 conforme carta DIRPRE nº 790/2010 e ofício nº 885/DEST-MP de 15/12/2010, estando em 31/12/2011 assim compostos:

	2011	2010
Ajustes de Receitas	-	(83.808,62)
Reclassificação de Despesas	-	1.123.025,19
TOTAL	131.102,86	1.039.216,57

7.2.4 – Resultado do Exercício consolida os resultados do exercício das unidades administradas e conveniadas, cujos reflexos 2011 e 2010, foram:

UNIDADES	2011	2010
CDP (todos os portos)	7.649.800,46	4.583.132,62
Outeiro	(2.149.977,81)	(2.592.801,58)
TOTAL	5.499.822,65	1.990.331,04

NOTA 8 – DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA E DO VALOR ADICIONADO

A Companhia desde 2006, á título de informação complementar, já elaborava e divulgava a demonstração dos fluxos de caixa e a do valor adicionado, antes mesmo da sua obrigatoriedade. Todavia algumas alterações estruturais de apresentação foram efetuadas, em decorrência do que dispõe o pronunciamento técnico CPC 03.

NOTA 9 – BALANÇO SOCIAL

A Companhia pelo quarto ano consecutivo faz a divulgação do Balanço Social que, também, a título de informativo complementar, vem dar transparência as suas ações e investimentos no social realizados a cada período, demonstrando postura de comprometimento para com o meio e a sociedade onde está inserida.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Os valores referem-se a maior e menor remuneração paga aos administradores e empregados com base em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

REMUNERAÇÃO		2011	2010
Administradores	Maior	21.397,42	23.014,60
	Menor	18.100,00	14.905,50
Empregados	Maior	21.396,43	18.989,00
	Menor	857,62	866,93
Valor Médio		4995,39	4.534,61

DELIBERAÇÃO Nº 02/2012 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP**, no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com a deliberação tomada na reunião conjunta extraordinária realizada nesta data, **D E L I B E R A**: Manifestar-se favoravelmente sobre o Relatório da Administração e as Contas da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, com base nos Pareceres das Auditorias

Interna e Externa e do Conselho Fiscal da CDP. Belém(PA), 16 de março de 2012. **LUIS CLÁUDIO SANTANA MONTENEGRO - Presidente do Conselho de Administração- CPF nº 017.205.837-65.**

PARECER SOBRE RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O **CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP**, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, com base no parecer da Auditoria Externa “Audiva Auditores Independentes”, dando ênfase a Nota Explicativa “7.11” que menciona a existência de processos judiciais nas áreas cíveis e tributárias não posicionadas, e mediante parecer da Auditoria Interna da Companhia, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da CDP, estando assim, em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. Recomenda que a Diretoria Executiva da CDP envide maiores esforços na implantação de um plano de gerenciamento de riscos, bem como na adoção de medidas administrativas e jurídicas cabíveis a fim de efetuar a recuperação de valores e a observância das recomendações apontadas e registradas mensalmente nos Relatórios de Auditoria Interna e nas Atas do Conselho Fiscal. Belém(PA), 16 de março de 2012. **WALDIR QUINTILIANO DA SILVA – Presidente - CPF nº 044.251.201-59, MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO – Membro - CPF nº 265.599.862-68, MARCO ANTONIO CARDOSO VILARINHO – Membro -CPF nº 107.671.934-15.**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Pará - CDP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Pará - CDP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Nota Explicativa 7.1.1 menciona que há processos judiciais nas áreas cíveis e tributárias não provisionados, face a não definição dos valores envolvidos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

- Informações Suplementares – DVA

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações tomadas em conjunto.

- Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação foram auditadas por nós, tendo sido emitido relatório com data de 10 de fevereiro de 2011, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2012. **Audiva Auditores Independentes CRC – RJ 896 – CNPJ 27.281.229/001-06. Victorino M. Ferreira - Contador CRC – RJ 11.445-6**